

PMAS: POSICIONAMENTO DAS ENTIDADES ODONTOLÓGICAS SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE BUCAL ENTRE 2018 E 2020

23º Encontro Nacional de Administradores e Técnicos do Serviço Público Odontológico e 14º Congresso de Saúde Bucal Coletiva., 1ª edição, de 04/11/2020 a 06/11/2020
ISBN dos Anais: 978-65-86861-50-1

LIMA; Ana Maria Freire de Souza¹, CHAVES; Sônia Cristina Lima², SANTOS; Lília Paula de Souza³, SANTOS; Camila Tayná Baleeiro⁴, NETO; Jonas Oliveira⁵

RESUMO

Introdução: Compreender como os diferentes agentes e instituições se posicionam e agem diante do processo histórico em torno da resposta social a problemas de saúde é uma das principais atribuições da subárea da Saúde Coletiva, Política, Planejamento e Gestão em Saúde. **Objetivo:** Analisar o posicionamento das entidades odontológicas sobre a Política Nacional de Saúde Bucal (PNSB) no período de 2018-2020. **Metodologia:** Estudo qualitativo, retrospectivo e descritivo do monitoramento do posicionamento das entidades odontológicas a partir da análise documental das publicações nos sites e redes sociais oficiais das entidades, a saber: Conselho Federal de Odontologia (CFO), Associação Brasileira de Odontologia (ABO), Federação Nacional dos Odontologistas (FNO), Federação Interestadual dos Odontologistas (FIO) e Associação Brasileira de Saúde Bucal Coletiva (Abrasbuco). O acompanhamento foi semanal, e foram identificadas as seguintes categorias analíticas: ações e posicionamento da entidade sobre a política, demandas profissionais, relações com o campo político, com o poder executivo e relações entre entidades. Trata-se de uma continuidade do monitoramento iniciado em 2015. **Resultados e discussão:** O novo governo federal eleito em 2018 vem confirmando as restrições financeiras para a saúde. As entidades se posicionaram em defesa da continuidade e expansão dos serviços e valorização profissional. Cabe destacar que as entidades sindicais demarcaram pautas como a revogação da Portaria que estabeleceu distinções na jornada de trabalho na Estratégia de Saúde da Família, inclusão da atenção na odontologia hospitalar e revogação da Emenda Constitucional 95/2016. O CFO solicitou ao MS entrada da odontologia no Programa Médicos pelo Brasil e destacou sua atuação junto ao campo político. A Comissão Intersectorial da Saúde Bucal, do Conselho Nacional de Saúde, tem sido um espaço importante em torno da política com participação da FIO, FNO e Abrasbuco. Em 2019, a coordenação geral de saúde bucal do Ministério da Saúde (MS) ficou vago entre janeiro e maio, revelando pouca prioridade ao setor. O ano de 2020 segue atravessado pela pandemia do Covid-19, agravamento da crise política e econômica, com repercussões no SUS e na PNSB. Houve publicações sobre funcionamento dos serviços odontológicos e protocolos orientadores, sobretudo por parte do CFO e ABO. As entidades sindicais e o CFO pautaram o poder executivo e parlamentares sobre medidas de proteção financeira e dos trabalhadores da área. Houve repúdio sobre a nomeação de um coordenador do MS que não era dentista, sendo finalmente nomeada em agosto uma nova coordenadora, com formação em odontologia e em saúde coletiva. O CFO afirma ter protagonizado o processo de escolha da nova coordenadora. **Conclusão:** O CFO e as entidades sindicais mantêm-se com maior número de posicionamentos sobre a política e nas demandas para o setor. Sendo a FIO, a FNO e a Abrasbuco, com posicionamentos mais críticos em relação à política e ao cenário político e social. Verificou-se maior cobrança e atuação junto ao campo político, particularmente na questão da odontologia hospitalar e no Projeto de Lei que busca transformar a PNSB em lei federal. A FIO, FNO e Abrasbuco destacam-se também pelo trabalho nas instâncias de participação e controle social do SUS, em particular no espaço do Conselho Nacional de Saúde.

¹ UFBA/ UFRB, anamariatsl@gmail.com

² UFBA, solchaves@gmail.com

³ UFBA, liliasnt@gmail.com

⁴ UFBA, baleeirocamila@gmail.com

⁵ UFBA, jonasneto14@hotmail.com

